



[Atribuição BB CY 4.0](#)

A pedagogia de terreiro como prática educativa de resistência

Alcides Junio Silva Lopes¹
Conceição Clarete Xavier Travalha²

Resumo

Este artigo analisa a pedagogia de terreiro como prática de resistência e educação no combate ao racismo religioso. Partimos de reflexões presentes na dissertação de mestrado “A Umbanda Esotérica e seu processo educativo: caminhos de superação do racismo religioso”, que discute como o terreiro pode funcionar como espaço educativo na promoção do respeito à diversidade. A abordagem teórica se fundamenta em autores como Röhr (2013), Almeida (2019) e Souza (2021), que exploram a multidimensionalidade do sujeito e o racismo como um fenômeno estrutural. A metodologia utilizada foi qualitativa baseia-se em pesquisa bibliográfica e observação participante num terreiro de Umbanda. Os resultados indicam que a pedagogia de terreiro contribui para a construção de uma educação antirracista, desafiando estruturas de poder enraizadas na sociedade. Conclui-se que o reconhecimento e a incorporação desses saberes na educação formal são fundamentais para o enfrentamento do racismo religioso e para a construção de uma sociedade democrática e mais plural.

¹ Mestre em Educação e Docência do PROMESTRE/UFGM. Pesquisador do Grupo de Pesquisa NEPPCOM/UFGM. *E-mail*: mralcidesjunio@gmail.com

² Professora Titular do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da UFGM, nos cursos de graduação, Pós-Graduação e no Programa de Mestrado Profissional PROMESTRE/UFGM. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Pensamento Complexo NEPPCOM/UFGM. *E-mail*: tecaxavier@uol.com.br

Palavras-chave

Racismo religioso; multidimensionalidade; educação; pedagogia de terreiro.

Recebido em: 31/03/2025
Aprovado em: 26/08/2025

The Pedagogy of Terreiro as an Educational Practice of Resistance

Abstract

This article analyzes the pedagogy of terreiros as a practice of resistance and education in the fight against religious racism. It draws on reflections from the master's thesis "Esoteric Umbanda and its Educational Process: Paths to Overcoming Religious Racism," which discusses how the terreiro can function as an educational space promoting respect for diversity. The theoretical approach is grounded in authors such as Röhr (2013), Almeida (2019), and Souza (2021), who explore the multidimensionality of the subject and racism as a structural phenomenon. The methodology is qualitative, based on bibliographic research and participant observation in a terreiro of Umbanda. The results indicate that the pedagogy of terreiros contributes to the construction of anti-racist education, challenging power structures deeply rooted in society. It is concluded that the recognition and incorporation of this knowledge into formal education are essential for addressing religious racism and for building a more democratic and plural society.

192

Keywords

Religious racismo; multidimensionality; education; pedagogy of terreiro.

Este artigo é a continuidade de reflexões desenvolvidas na pesquisa de mestrado *A Umbanda Esotérica e seu processo educativo: caminhos de superação do racismo religioso* e nele queremos contribuir com proposições para o combate ao racismo religioso.

A educação, enquanto prática de socialização, produção e transmissão de conhecimentos, desempenha um papel fundamental na formação das percepções e valores de uma sociedade. No entanto, ela também pode ser um espaço de perpetuação de desigualdades e discriminação, especialmente no que tange ao racismo religioso. Constatamos que nos últimos anos cresceram atos de intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana e infelizmente esta prática tem se perpetuado em espaços que deveriam ser de combate a esses eventos

Não é à toa que verificamos em notícias pela imprensa: “Traficante evangélico causando terror as religiões africanas” (JANSEN, 2019). “Ataque a terreiros de candomblé na Bahia” (ZARUR, 2019). “Jovem é vítima de intolerância religiosa dentro da escola em São Gonçalo” (ZUAZO, 2017). “Grupo ataca terreiro em Alagoinhas e bate bíblias em portão: ‘Satanás vai morrer’. Ialorixá, que mora no local, ficou com medo do episódio.” (BORGES, 2019). (Lopes, 2022 p.40 - 41).

Uma pesquisa realizada pelo Senado Federal (Westin, 2023), apontou que práticas de racismo religioso tem se perpetuado em algumas escolas pelo Brasil, relatando episódios nos quais alunos foram impedidos de entrarem em aula por portarem objetos, colares ou roupas características de suas práticas afro-religiosas. Normalmente, para não dizer em todas as ocasiões, essa intolerância tem por base os grupos religiosos de matrizes africanas, como o Candomblé, a Umbanda e outras religiões. Esse tipo de racismo religioso se manifesta de diversas formas no ambiente escolar, seja por meio de preconceitos explícitos, discriminação velada ou a marginalização de práticas e saberes religiosos. Especialmente neste artigo, busca-se analisar as implicações do racismo religioso na vida de indivíduos praticante da religião de Umbanda, a partir de um terreiro de Umbanda Esotérica na cidade de Esmeraldas, Minas Gerais e os desafios enfrentados propondo caminhos para uma educação antirracista e inclusiva.

Neste artigo, optamos por concentrar nossa análise na prática do racismo religioso, entendido como a forma específica de discriminação e violência direcionada a pessoas e comunidades em razão de sua filiação a religiões de matriz africana. Contudo, ressaltamos que o preconceito racial também pode resultar em discriminação, mas optamos por focar no racismo religioso por sua

especificidade. Nem todos os ataques às religiões de matriz africana são necessariamente racistas, alguns podem decorrer de intolerância religiosa genérica, disputas territoriais ou conflitos internos, porém, a maioria está relacionada a preconceitos historicamente enraizados na herança escravocrata, reforçados por práticas contemporâneas de fundamentalismo religioso e discursos de ódio.

Em Lopes (2022) constatamos que o racismo religioso está presente de forma inegável quando falamos em Umbanda, Candomblé, Terreiro, Casa de Santo, entre outras denominações, pois o pensamento automaticamente é direcionado às práticas afrodescendentes, ou seja, trata-se de racismo religioso. Assim, quando alguém é atacado nesse contexto, intrínseco estamos diante deste tipo de racismo.

Um estudo realizado pelo Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec, 2023) aponta que “mais da metade (51%) dos brasileiros declarou já ter presenciado um ato de racismo, e seis em cada dez pessoas (60%) consideram, sem nenhuma ressalva, que o Brasil é um país racista.” (Bond, 2023, s.p). A partir da dissertação de mestrado “A Umbanda Esotérica e seu processo educativo: caminhos de superação do racismo religioso”, investigamos como é possível através da educação, fomentar o combate especificamente ao racismo religioso.

Para seguirmos será importante, mesmo que brevemente, trazer o histórico do surgimento da Religião Umbanda, com o objetivo de contextualizar o leitor a partir da história narrada por seus praticantes, do que se trata esta prática, a umbanda. Relata Lopes (2022) que através do médium³, Zélio Fernandino de Moraes, uma entidade espiritual que se deu o nome de Caboclo das Sete Encruzilhadas, anunciou a fundação de uma nova religião. E isso se deu no ano de 1908, em uma sessão na Federação Espírita de Niterói. Registra a história oral, contada por familiares e perpetuadores do seu trabalho que o jovem Zélio, em certo período da sua adolescência começou a sofrer de paralisias em todo o corpo. Após diversas buscas em médicos, na expectativa de um diagnóstico preciso, sua família de tradição conservadora na cidade de Niterói aceita a sugestão de um amigo de leva-lo a um centro espírita. O desejo era que o menino logo curasse seu problema para ingressar na marinha e seguir a carreira do seu pai.

³ Médium é o intermediário entre o mundo físico e o mundo espiritual. A ele é dada a capacidade de ver, ouvir e conversar com espíritos.

Zélio e sua família são levados a Federação Espírita de Niterói em uma noite de sessão espírita e para surpresa de todos os presentes, quando o dirigente responsável dá por aberto os trabalhos, o garoto mudando sua voz e comportamento, fala a todos:

Se julgam atrasados os espíritos de pretos e índios, devo dizer que amanhã estarei na casa de meu aparelho, para dar início a um culto em que estes irmãos poderão dar suas mensagens e, assim, cumprir missão que o Plano Espiritual lhes confiou. Será uma religião que falará aos humildes, simbolizando a igualdade que deve existir entre todos os irmãos, encarnados e desencarnados. E se querem saber meu nome, que seja este: Caboclo das Sete Encruzilhadas, porque para mim não haverá caminhos fechados (FUEP, 2019).

Vemos que a anunciação da Umbanda já nasce no fomento de combate a um racismo religioso intrínseco a sociedade brasileira como veremos a frente. A leitura de autores como Lopes (2022), Almeida (2019), Souza (2021), Rufino; Simas (2018) e outros, levaram-nos a olhar para a prática vivida no terreiro como uma prática religiosa de resistência e também uma prática educacional. E nesse sentido ela compõe os infindos eventos de letramento. Para além da letra acadêmica, a Umbanda se constitui como o letramento do saber tradicional passado oralmente de geração a geração. O próprio ambiente do templo a partir dos seus vários elementos é um espaço pedagógico de profunda conexão com o sagrado. No centro desse ambiente, encontra-se o Congá (ou altar), que é considerado o ponto de encontro entre os humanos e os Guias Espirituais. Este Congá é composto por uma pedra de mármore, que recebe elementos da natureza, como minerais, cristais, conchas do mar, velas e lamparinas. Esses elementos naturais, carregados de energia e significados, são utilizados para estabelecer uma conexão com as forças divinas.

Além dos elementos físicos, o conhecimento teórico ensinado aos seus praticantes como, as influências das fases lunares e dos astros, a força da Natureza e seus elementos, os significados sagrados dos números e outros, é prática de letramento que alfabetiza e conduz a caminhos próprios da experiência religiosa da umbanda.

Metodologia

Embora o nosso objetivo não tenha sido a construção de um relatório etnográfico nos moldes tradicionais da ciência antropológica, utilizamos uma de suas ferramentas essenciais: a observação participante. Adotamos uma abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica e observação

participante. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes divididos em três grupos, tendo como referência o tempo de permanência no terreiro, sendo o primeiro grupo com participantes que frequentam há mais de nove anos, o segundo com participantes frequentes entre seis e nove anos e o terceiro com participantes frequentes até seis anos. Tal como registrado (Lopes, 2022, p.23)

Foram entrevistados o total de seis membros atuantes no terreiro. No Grupo 1, procuramos entrevistar dois filhos(as) considerados mais antigos, que estão no terreiro desde a sua fundação. No Grupo 2, foram dois entrevistados dois filhos(as) com, pelo menos, seis anos no terreiro; e, no Grupo 3, entrevistamos dois filhos considerados mais jovens, com até cinco anos no terreiro. Entretanto, por má qualidade do áudio, uma entrevista do terceiro grupo foi pouco aproveitada, de modo que não pudemos utilizar as informações, sendo necessário excluir o participante. Todavia, esse incidente não prejudicou o desenvolvimento geral do trabalho. (LOPES, 2022, p.23)

As entrevistas ocorreram no Programa de Mestrado Profissional da Faculdade de Educação da UFMG em 2020 de forma presencial e individual, com uso de gravador com duração média de uma hora e meia a três horas, registrando percepções sobre experiências de racismo religioso e processos educativos no terreiro.

As anotações realizadas em campo tornaram-se cruciais para a análise, frequentemente complementando os temas discutidos nas entrevistas. A observação direta, de um dos autores, como membro aceito dentro do grupo, revelou-se menos invasiva e mais eficaz do que o uso do gravador, permitindo registrar nuances e particularidades que muitas vezes escapavam das gravações.

O uso de pseudônimos, baseados nos nomes das entidades espirituais, visou proteger a identidade dos participantes e seguir princípios éticos de pesquisa, conforme orientações do Comitê de Ética.

Educação, Identidade e Racismo Religioso: Uma Análise Multidimensional

Para entender as complexidades da identidade e do racismo religioso, é crucial considerar como esses fenômenos se entrelaçam com as construções históricas e culturais das sociedades. No contexto brasileiro, onde as práticas religiosas de matriz africana, como a Umbanda, convivem com o espiritismo, as identidades religiosas muitas vezes são distorcidas ou marginalizadas.

Os fenômenos sociais são, por sua natureza, complexos e centrados no comportamento humano. Para compreendê-los, recorreremos às perspectivas do pesquisador alemão Ferdinand Röhr (2013), que propõe uma abordagem multidimensional do sujeito. Segundo ele, o ser humano pode ser analisado a partir de cinco dimensões fundamentais: física, sensorial, emocional, mental e espiritual, todas interligadas e atravessadas por temáticas transversais.

A dimensão física inclui a corporalidade físico-biológica, da qual em parte, nem temos percepção. A dimensão sensorial [que] é representada pelas nossas sensações físicas, calor-frio, dor-prazer físico, doce-amargo, enfim, a percepção que temos através dos nossos cinco sentidos: tato, visão, audição, olfato e paladar. A dimensão emocional abrange a vida da nossa psique, os estados emocionais (medo, insegurança, euforia, apatia, tristeza, melancolia, impaciência, dispersão, solidão, saudade, indecisão, pessimismo etc.) e suas respectivas movimentações e compensações. A dimensão mental do ser humano inclui, em primeiro lugar, o racional e o lógico no sentido mais restrito, quer dizer, aquela parte em que correspondemos, naquilo que pensamos, com todos os seres humanos, os pensamentos universais, formais (lógica, matemática). Abrange também a capacidade de reflexão – de questionar todas as coisas, inclusive a si mesmo –, a recordação e a memória, a imaginação e a fantasia, a compreensão e a criação de ideias e, finalmente, a nossa intuição, em que sabemos. A mais difícil de identificar é a quinta, a dimensão espiritual. Não se confunde essa dimensão com a religiosa, que em parte pode incluir a espiritual, mas que contém algumas características como as da revelação como intervenção direta de Deus e de um tipo de organização social, que dessa forma, são estranhas ou não necessárias a dimensão espiritual (Röhr, 2013, p. 25-26).

Diante dessas dimensões, torna-se evidente a percepção de que o sujeito se manifesta de maneira multifacetada na sociedade, e por isso suas características não podem ser analisadas isoladamente, uma vez que interagem e se influenciam mutuamente. Essas interações são fundamentais para a experiência social. Por exemplo, ao produzir este artigo, mobilizamos nossa dimensão mental para estruturar um raciocínio coerente, ao mesmo tempo em que nossa dimensão física é ativada, permitindo a execução da escrita por meio da coordenação motora. Além disso, sentimentos como a ansiedade e preocupação podem emergir, acionando a dimensão emocional, que, por sua vez, pode gerar reações físicas, como tensão muscular, dor de cabeça ou incômodo intestinal, dentre outros.

Essa inter-relação evidencia a subjetividade e a multidimensionalidade do ser humano que, permeada de culturas e tradições, trazem elementos que contribuem para a reprodução, muitas vezes inconsciente, dos preconceitos e das desigualdades sociais. Dessa forma, compreender a complexidade dos sujeitos e

suas dimensões é essencial para revermos e transformarmos as estruturas de poder, promovendo uma educação mais inclusiva e crítica no enfrentamento do racismo religioso.

No Brasil, é comum que a umbanda e o espiritismo sejam erroneamente percebidos como uma mesma prática religiosa, apesar de suas origens e fundamentos distintos. O espiritismo, também chamado de Doutrina dos Espíritos, foi codificado na França no século XIX e difundiu-se no Brasil, especialmente entre as camadas mais privilegiadas da sociedade. A historiadora Priore (2014), em sua obra "Do Outro Lado - A História do Sobrenatural e do Espiritismo", destaca que Allan Kardec, responsável pela codificação da Doutrina Espírita, buscou diferenciá-la de outras práticas religiosas baseadas no contato com espíritos.

Percebe-se a partir de Priore (2014) que desde o início Kardec se empenhou em estabelecer o espiritismo como uma doutrina filosófica e científica, fundamentada em métodos rigorosos de investigação. No entanto, o Brasil daquela época era ainda mais marcado por desigualdades sociais do que nos dias atuais. O caráter científico atribuído à nova religião acabou atraindo mais a atenção da elite do que das camadas populares.

O racismo religioso, portanto, não se restringe apenas à intolerância explícita, mas também se manifesta de forma sutil e estrutural, por meio da invisibilização e deslegitimação dessas religiões. A identidade religiosa, nesse sentido, não é apenas uma questão de crença, mas também de pertencimento e reconhecimento social. As práticas e símbolos ligados às religiões de matriz africana são constantemente alvo de estigmatização, o que contribui para a perpetuação de desigualdades e preconceitos. Assim, ao abordar o racismo religioso dentro do campo educacional, é fundamental que se reconheça a inter-relação entre as dimensões física, emocional, mental e espiritual do ser humano, permitindo uma compreensão mais ampla e transformadora desse fenômeno. A educação, enquanto ferramenta de transformação social, deve promover a inclusão e o respeito à diversidade religiosa, desafiando as narrativas racistas e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Racismo Religioso e Estruturas de Poder na Sociedade Brasileira Contemporânea

Compreender o contexto histórico, político e cultural do início do século XX, período de nascimento da Umbanda, é essencial para aprofundarmos a reflexão sobre as dinâmicas sociais da época. Assim como o espiritismo encontrou maior aceitação entre as elites devido à sua base científica, a Umbanda enfrentou resistência e marginalização, pois nascia em um sistema que sempre hierarquizou saberes e crenças de acordo com as relações de poder e principalmente porque abarcava em seus trabalhos guias espirituais de antigos escravos, denominados como Pretos Velhos.

Nesse sentido, a tese do sociólogo Souza (2017) nos ajuda a entender que o mundo social é estruturado por essas hierarquias, definindo quem detém privilégios e quem é excluído. Como ele afirma: “A questão do poder é a questão central da sociedade. A razão é simples. É ela que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído” (Souza, 2017, p. 11).

Esse legado histórico de desigualdades e exclusões não se reflete apenas nas condições socioeconômicas, mas também na forma como o conhecimento e a cultura são transmitidos ao longo das gerações. Basta observar os livros didáticos utilizados nas escolas nas décadas de 1980 e 1990, onde as representações de pessoas negras frequentemente as colocavam em posições subalternas — servindo aos senhores brancos ou às sinhás em seus vestidos elegantes (NOSELLA, 1981). Essas imagens não são meras ilustrações, são oriundas da mentalidade colonial que reforçam um imaginário social construído para manter as estruturas de poder.

Almeida (2019, p.31) afirma que “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”, evidenciando que o racismo não é apenas uma questão de atitudes individuais, mas sim um sistema estrutural. Essa estrutura racista foi historicamente sustentada por uma lógica científica e tecnicista, que naturalizou desigualdades e as cristalizou em todos os setores da sociedade. Lopes (2022) complementa essa visão ao destacar que o racismo se perpetua por meio de comportamentos individuais e processos institucionais que, ao longo do tempo, reforçam e reproduzem essa dinâmica de exclusão.

Na busca por compreender melhor o fenômeno do racismo religioso, a análise dos eventos históricos tem sido fundamental. Olhar para o passado é uma tentativa de entender as origens de muitas questões sociais contemporâneas, especialmente os preconceitos que surgiram no passado e ainda reverberam na

atualidade. No final do século XIX, a ciência foi marcada pela publicação de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin. Contrapondo-se ao criacionismo, Darwin apresentou a teoria da evolução das espécies a partir de um ancestral comum, um processo de aprimoramento contínuo ao longo do tempo. A profundidade e a metodologia de sua abordagem permitiram que o conceito de evolução se expandisse para outras áreas do conhecimento, como destaca Schwarcz (1996) a inovação não estava tanto na ideia central, mas na maneira como Darwin a explicou e na linguagem acessível que usou, o que possibilitou que expressões como “sobrevivência do mais apto, adaptação e luta pela sobrevivência” (p.83) ultrapassassem os limites da biologia e passassem a ser aplicadas em outras disciplinas científicas.

Mutatis mutandis pode se afirmar que no contexto brasileiro, é possível observar que a ideia de inferioridade racial foi amplamente utilizada para justificar as desigualdades sociais e as atrocidades cometidas em nome da manutenção do status quo da elite enquanto considerada como ente portador de superioridade de raça. Ferreira (2015) destaca que essa noção foi adotada para consolidar uma estrutura social desigual, reforçada por teorias pseudocientíficas que viabilizaram e perpetuaram a marginalização de grupos não pertencentes à elite branca dominante.

Em uma nação construída sobre o trabalho escravo, o preconceito e o racismo, já presentes desde a colonização, foram facilmente perpetuados. Como evidenciou Almeida (2019), o conceito de racismo é o mais adequado para explicar os ataques sofridos por aqueles que praticam as religiões de matriz africana, pois foi construído por indivíduos que se apresentavam como autoridades na sociedade e que também possuíam um status privilegiado na estrutura social. As teses que sustentavam essas ideias racistas se espalharam rapidamente, como ervas daninha em solo fértil, reproduzindo sem grandes dificuldades um ciclo de exclusão e discriminação. A perpetuação dessas ideias foi fundamental para sustentar a estrutura hierárquica e elitista da sociedade brasileira e por isso, ainda hoje se vê a reprodução de comportamentos racistas seja nas práticas religiosas, esportistas, entre outros.

O professor Silvio Almeida, ao refletir sobre o racismo, aponta que ele faz parte de um processo social complexo, onde "pelas costas dos indivíduos" ele é transmitido enquanto um "legado da tradição" (Almeida, 2019, p.33). Essa perspectiva nos leva a concluir que, no Brasil, existe um esforço contínuo de

silenciar as vozes e a história da população negra, com o objetivo de preservar o poder da elite dominante.

Essa ideia de inferioridade racial, profundamente enraizada na história do Brasil, não desapareceu com o fim da escravidão. Pelo contrário, ela continuou a ser alimentada e reforçada por diversas instituições e discursos ao longo dos séculos. A elitização de certos grupos e a marginalização de outros, especialmente os negros e mestiços, formaram uma estrutura social que perpetuou o racismo como um fator fundamental na organização da sociedade brasileira.

A naturalização do racismo, como observado por Almeida (2019), é um processo social que se dá de maneira invisível, disfarçado de tradição e legado. Ou seja, o racismo não é apenas uma construção explícita, mas também um fenômeno que se perpetua nas práticas cotidianas, nas estruturas de poder e nas narrativas históricas que continuam a marginalizar determinados grupos, em especial a população negra.

Essa contínua reprodução de um sistema de opressão é algo que vem sendo amplamente discutido e investigado, pois reflete a maneira como as estruturas sociais e culturais moldam a percepção das diferentes tradições. Como aponta Ferreira (2015), essas visões racistas não surgiram do nada, mas foram alimentadas por teses científicas e políticas que viabilizavam a exploração e a exclusão. Elas ainda influenciam a forma como a sociedade brasileira lida com suas diversidades e as desigualdades que marcam seu cotidiano.

Transformação pelo Conhecimento: Relatos e Reflexões

A pesquisa que desenvolvemos aponta exatamente para o fato de que, mesmo com avanços significativos em termos legais e constitucionais, o racismo segue sendo um dos maiores desafios para o Brasil, pois está profundamente enraizado nas estruturas sociais e em suas relações de poder. A superação dessa herança, portanto, passa pela conscientização crítica dos processos históricos que a alimentaram e pela transformação das estruturas que ainda a sustentam.

Trouxemos a seguir o relato de um dos sujeitos de nossa pesquisa que comprova como o racismo está enraizado em nossas práticas sociais. Como vemos

E o que mais me marcou dentro de toda essa trajetória, [...] foi eu poder receber a minha Vovó Benta dentro do terreiro sem ela precisar ser julgada. Porque foi com ela que eu sofri o preconceito dentro da [...]. E ela poder chegar no terreirinho dela e abraçar os seus filhos ali dentro e

poder dizer que ela ia trabalhar ali sem precisar ser escorraçada, né? Que dentro das religiões onde os pretos velhos trabalham, eles se sentem expulsos, não é? A palavra é escorraçada. Isso me marcou muito, foi um primeiro fato que eu nunca mais vou esquecer. Foi quando ela incorporou. (Dona Madalena – Trecho de entrevista, Lopes, 2022 p.46).

Essa situação evidencia a presença inegável do racismo, quando a participante da pesquisa relata ter sido advertida por manifestar um espírito que se apresentou como uma Negra Velha em um centro espírita kardecista em Belo Horizonte. Muitas vezes, mesmo sem perceber, indivíduos que não se consideram racistas ou preconceituosos – e que até defendem os direitos das minorias – reproduzem a noção de inferioridade racial disseminada desde o início da década de 1920.

Em outro relato destacamos como está enraizado mesmo nas relações mais próximas, as hierarquias de poder e juízos de raça e preconceito

[...] o que marcou foi com meu pai, com minha mãe... eles souberam que a minha irmã, que é a minha filha no terreiro, também estava frequentando a umbanda junto comigo e aí eles chamaram ela e falaram: ó, a vida de José tá ruim, não anda profissionalmente, passa dificuldade financeira porque tá na umbanda, fica mexendo com essas coisas de macumba. E aí, como se não bastasse isso, obrigou ela a sair, a não frequentar mais... com... vamos dizer assim, com a ameaça meio velada, mas foi de, de não dá mais o sustento pra ela, que ela é adotada. (Pai José – Trecho de entrevista, Lopes, 2022, p.53).

Essa é a marca da herança histórico-cultural da formação da sociedade brasileira, arraigada em padrões eurocêntricos e perpetuando comportamentos excludentes, que a longo prazo segundo autores como Röhr (2013), Souza (2017), Rufino; Simas (2018) e Lopes (2022), poderá ser corrigido através de uma pedagogia educacional seja ela formal ou informal, que olhe o sujeito na sua multiplicidade e multidimensionalidade.

No desenvolvimento da nossa pesquisa, foi possível constatar que esses autores indicam que a educação, em suas múltiplas formas, surge como um caminho essencial para desconstruir conceitos que sustentam práticas racistas. A pesquisa evidencia também que, por meio de práticas educativas, é possível ressignificar percepções e comportamentos, inclusive entre aqueles inseridos em contextos religiosos. Isso significa que a educação não se limita às salas de aula formais, mas pode ser aplicada em diversos espaços e situações, para promover reflexões sobre as desigualdades raciais e os estigmas que afetam as religiões de matriz africana. Dentro dos terreiros e nas comunidades religiosas, por exemplo,

a educação pode contribuir para o fortalecimento da identidade, o respeito mútuo e a valorização das culturas e suas tradições.

O que se revela na fala a seguir

Eu era espírita, era mais fácil falar que era espírita. O espiritismo é mais aceito, né? Hoje não me incomoda mais, mas antes era assim, olha, é mais fácil falar que eu sou espírita por causa do Chico Xavier, né? Mas eu fiz várias entrevistas de emprego me achando espírita, mas falava que era católica. [...] Hoje eu tenho conhecimento, então, por isso que hoje eu falo, eu sou umbandista, e não aceito questionamento. Antes eu não sabia questionar, antes eu não entendia (Táti– Trecho de entrevista, Lopes, 2022, p.66).

Da mesma forma, outro recorte do relato de pesquisa mostra a trajetória do sujeito até então de comportamento racista, mas que ao longo de sua prática religiosa, imerso em outro universo pedagógico, a pedagogia do terreiro se depara em transformação

E um detalhe, não sei, mas as pessoas enxergam assim, não sei por que também eu posso ter enxergado assim, né? É coisa de gente pobre, é coisa de favela, é coisa de... é... pode ser um preconceito? Pode. Pode ser um racismo? Pode. Porque vem daí, ah... é coisa de preto. Eu cheguei a pensar, outro dia eu fiquei pensando nisso, olha como que nós ainda somos racistas, na palavra mesmo, racistas. (Táti– Trecho de entrevista, Lopes, 2022 p.73,74).

Em outro relato, a pesquisa revela que a educação, em suas várias formas, seja dentro do terreiro ou por meio de outras práticas educativas informais, é um instrumento acessível para a transformação de pensamentos racistas. Através da vivência cotidiana e do aprendizado multidimensional, o sujeito começa a questionar suas próprias concepções limitadas e a reconstruir uma visão mais crítica e respeitosa sobre as religiões afro-brasileiras. Conforme:

Aí o que acontece, eu falo isso porque já tem um estigma que as coisas da umbanda são extremamente marginalizados. Quando alguém fala alguma coisa dessa, eu falo, porque O POVO TEM QUE SABER que não é desse jeito. (...) uma vez teve uma mulher que é evangélica e ela falou de Pomba Gira uma vez comigo, aí eu falei: mas olha, deixa eu falar com você, deixa a Pomba Gira em paz, ela não tem nada a ver com isso. Ela faz um outro tipo de trabalho, um trabalho para o bem. Passou um tempo aí, essa mesma mulher, ela veio me perguntar, como é que era a umbanda? Aí eu falei tudo, ela me perguntou de tudo. Eu fiquei meu horário de almoço inteiro, uma hora, falando sobre a umbanda (...) e eu fui falando, claro, né? DENTRO DE UMA LINGUAGEM QUE ELA FOSSE ENTENDER, que não dá para aprofundar muito sobre a umbanda para uma pessoa que não entende, né? A gente tem que falar certa forma, a língua da pessoa. Aí falei, falei, e ela assim, “nossa que interessante. EU ACHEI QUE A UMBANDA, ERA UMA COISA, E ELA É COMPLETAMENTE DIFERENTE”. Sim, ela é completamente diferente. (Exu Mirim. Trecho de entrevista, Lopes, 2022 p.61) (grifos do autor)

A educação, portanto, não se restringe à teoria ou aos conteúdos acadêmicos, mas se configura em práticas vivenciais que promovem a reflexão, o reconhecimento da diversidade e o respeito pelas diferentes formas de existência e crença, possibilitando mudanças significativas no pensamento e na convivência social. A educação, em suas múltiplas formas, surge como um caminho essencial para desconstruir conceitos que sustentam práticas racistas, pois ela permite questionar e reconfigurar as ideias enraizadas ao longo de gerações. Esse processo não se restringe apenas ao ensino formal, mas inclui também a educação informal, que acontece em contextos como a convivência diária. No contexto de práticas religiosas como a Umbanda, a educação assume um papel transformador ao possibilitar que os indivíduos se apropriem de sua identidade, compreendam o valor e a profundidade de suas tradições culturais, e desconstruam os estigmas e preconceitos que frequentemente estão associados a religião.

Esse caminho educativo implica em um processo contínuo de autoconhecimento e reflexão crítica, que deve levar em consideração a multidimensionalidade do ser humano (Röhr, 2013) que envolve tanto a revisão das concepções pessoais quanto a quebra de paradigmas sociais. Ao descrever o caminho para construção de uma ética pedagógica “expressa no pensamento, nas falas e no agir dos Tzadikim⁴ que perpassam as seis temáticas abordadas por Buber: A Autocontemplação; O Caminho Específico; Determinação; Começar Consigo; Não se Preocupar Consigo e, finalmente, aqui onde se está” (ROHR, 2013, p. 206). Em resumo, a Autocontemplação: O processo de ouvir a si mesmo e buscar o desejo central interior, que orienta as ações; o Caminho Específico: A jornada única e individual de cada pessoa, que exige autoconhecimento e busca pela essência pessoal; a Determinação: A força necessária para seguir o próprio caminho, superando adversidades e alcançando maturidade; o Começar Consigo: O encontro consigo mesmo, com a responsabilidade de resolver conflitos internos antes de buscar mudanças externas; o Não se Preocupar Consigo: Agir não por egoísmo, mas por uma tarefa missionária, com foco no propósito além de si mesmo e; o Aqui, Onde se Está: A realização pessoal plena no presente, reconhecendo que o verdadeiro tesouro está no momento atual, além de nos orientar na prática pedagógica, servem também como pilares para o desenvolvimento de uma prática educativa consciente e responsável.

⁴ Nome dado a personalidades do Judaísmo Ortodoxo considerados sábios, mestres, orientadores espirituais.

Esses caminhos e dimensões ressaltam a importância de um autoconhecimento profundo, da identificação de um propósito claro na jornada, e da capacidade de agir no presente sem se deixar dominar pela ansiedade ou pelas preocupações pessoais, incentivando um vínculo ético e genuíno tanto com o outro quanto com o mundo ao redor. Assim, a educação, calcada na busca de uma ética social, proporciona não apenas a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento de empatia, respeito mútuo e a desconstrução de atitudes preconceituosas.

Além disso, a educação contra o racismo religioso se dá por meio do fortalecimento da autoestima e do pertencimento dos sujeitos, que, ao se reconhecerem nas suas práticas religiosas, criam coragem e se empoderam e passam a contestar as narrativas que buscam marginalizá-los. Quando esses indivíduos se inserem em ambientes educativos que valorizam suas identidades, seja em terreiros ou em outras esferas de aprendizado, eles têm a oportunidade de questionar a naturalização do racismo, compreendendo suas causas históricas e estruturais e, assim, se tornando agentes de transformação social. Dessa forma, a educação se configura como um processo de libertação, não apenas no sentido de aquisição de conhecimento, mas também no sentido de transformação das relações sociais e de poder, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A educação pautada no diálogo e no esclarecimento, que leve em consideração a multidimensionalidade dos sujeitos, constitui um caminho sólido para a promoção do respeito às diferenças. Não se pretende afirmar que esse processo ocorre de maneira imediata ou por meio da simples promulgação de leis, o que na verdade já é constatado que não bastam leis, é necessário além da educação libertária, luta e resistência! Ainda que a Constituição Federal vigente garanta direitos fundamentais, como a liberdade de locomoção e religiosa, os dados da pesquisa indicam a necessidade de fomentar debates, palestras e recursos educacionais no âmbito das práticas pedagógicas. Essas ações devem ser promovidas tanto em instituições formais e informais de ensino quanto em interações cotidianas, como evidenciado nos relatos de pesquisa. Assim, torna-se imprescindível não se omitir diante de qualquer forma de injustiça ou manifestação de racismo.

Considerações Finais

A presente pesquisa evidenciou a complexidade do racismo religioso no Brasil e sua reprodução nos espaços educacionais e em todos os setores da sociedade. Permitiu compreender como a pedagogia do terreiro, fundamentada na oralidade, na ancestralidade e na vivência comunitária, pode atuar como uma ferramenta de resistência e transformação. A perspectiva multidimensional do sujeito, conforme discutido ao longo do trabalho, revela que estereótipos e preconceitos não são estáticos, mas podem ser desconstruídos por meio do conhecimento e do contato direto com outras experiências e cosmovisões.

Os relatos analisados demonstram que a educação, em suas múltiplas formas, desempenha um papel fundamental na ressignificação das percepções sobre as religiões de matriz africana. A desinformação e a predominância de uma visão eurocêntrica da história contribuem para a perpetuação de práticas excludentes e racistas. No entanto, quando há abertura para o diálogo e para o aprendizado, observa-se a possibilidade da ressignificação de pré-conceitos e comportamentos racistas.

Dessa forma, enfatizamos a importância da continuidade de políticas educacionais que promovam a diversidade religiosa e que combatam o racismo estrutural nas instituições de ensino. Apesar da existência de uma legislação que aborda esses temas, o verdadeiro desafio reside na aplicação eficaz e na prática efetiva dessa legislação no cotidiano escolar e em toda sociedade.

A real implementação de práticas pedagógicas inclusivas, aliadas ao fortalecimento de espaços de resistência, como os dos terreiros, pode contribuir para a construção de uma sociedade mais plural e equitativa. O combate ao racismo religioso não se limita à esfera legislativa, mas exige um compromisso coletivo com a educação crítica e emancipatória. Embora exista uma legislação que visa combater o racismo religioso, o verdadeiro avanço depende da efetiva aplicação dessa lei, o que exige um compromisso coletivo com uma educação crítica e emancipatória.

A pesquisa não se encerra aqui, pois a compreensão do racismo religioso e de suas manifestações demanda investigações contínuas e interdisciplinares. O aprofundamento dessa temática, sobretudo no campo da educação, é essencial para que se consolidem estratégias efetivas de

enfrentamento das desigualdades e para que se fortaleçam os processos identitários dos povos de terreiro e principalmente do Povo Negro.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: http://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

BOND, Letycia. **Mais da metade dos brasileiros já presenciou ato de racismo**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-07/mais-da-metade-dos-brasileiros-presenciou-ato-de-racismo#:~:text=Ainda%20de%20acordo%20com%20o,em%20parte%20com%20essa%20vis%C3%A3o>. Acesso em 01 jan. 2024.

FERREIRA, Fernando da S.V. **A questão negra no Brasil: O preconceito racial, suas teorias e a Lei 10.639/2003**. Revista Mosaico, Rio de Janeiro, v. 06, n. 1, p. 17-21, jan/jun. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313833492_A_questao_negra_no_Brasil_O_preconceito_racial_suas_teorias_e_a_Lei_106392003. Acesso em: 14 set. 2020.

FUEP. Federação Umbandista do Estado do Paraná. **Um Marco Indiscutível na História da Umbanda**. 2019. Disponível em: <https://www.fuep.org.br/historia-da-umbanda/zelio-fernandino-de-moraes/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

LOPES, Alcides. **A Umbanda Esotérica e seu processo educativo: caminhos de superação do racismo religioso**. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/50365> Acesso em: 01 fev.2025.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos**. 5. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

PRIORE, Mary Del. **Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo**. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2014.

RÖHR, Ferdinand. **Educação e Espiritualidade: contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antônio. **Fogo no mato: A Ciência Encantada das Macumbas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SCHWARCZ, Lilia K Moritz. **Usos e Abusos da Mestiçagem e da Raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX.** Revista Afro-Ásia, UFBA, Salvador, n. 18, p. 77-101, 1996.

SOUZA, Jessé. **A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **Como o Racismo Criou o Brasil.** 1 ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

WESTIN, Ricardo. **Racismo Religioso cresce no país, prejudica negros e corrói a democracia.** Agência Senado, 17 março 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/racismo-religioso-cresce-no-pais-prejudica-negros-e-corroi-democracia#:~:text=Um%20levantamento%2orealizado%20pela%20institui%C3%A7%C3%A3o,ataque%20nos%20dois%20anos%20anteriores>. Acesso em: 5 nov. 2023.